

Ações multifacetadas dos Tarairiú nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII

Juciene Ricarte Apolinário*

Resumo

Revisitando a documentação da capitania da Paraíba, esta pesquisa propôs um deslocamento da perspectiva sob a qual tem sido abordado a história indígena nesta região, buscando analisar as fontes a partir de uma abordagem histórico-antropológica acerca dos discursos coloniais que contam as práticas políticas multifacetadas dos indígenas Tarairiú. Povos que aparecem na documentação referente às capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII. Destarte, no percurso da pesquisa, objetiva-se verificar as permeabilidades e as flexibilidades que marcaram os contatos interétnicos entre os colonizadores e povos indígenas Tarairiú.

Palavras –Chave: povos Tarairiú, colonizadores, capitanias do Norte

Abstract

Revisiting the documentation of the captaincy of the Paraíba, this research proposes a shift in the perspective which has been discussed the history of Indians in this region, seeking to analyze the sources from a historical-anthropological of the discourse about the multifaceted colonial political practices that of indigenous Tarairiú. People who appear in the documentation concerning the North captaincies between centuries XVI and XVIII. Thus, in the course of the research, objective is therefore to verify the permeabilty and flexibility that marked interethnic contacts between settlers and indigenous Tarairiú.

Key-words: Tarairiú peoples, settlers, North captaincies

Introdução

Trazemos para este ensaio sobre os povos indígenas Tarairiú, espaços de possibilidade para a prática de uma história provocativa e de um certo deslocamento da perspectiva sob a qual tem sido abordado o tema quando se remete a etno-história vinculada as capitanias do Norte do Brasil Colonial. Objetiva-se, portanto, verificar as permeabilidades e a flexibilidades que marcaram os contatos interétnicos entre os colonizadores e os indígenas Tarairiú, nomeados também de Tapuia.

Inicialmente quero lhes apresentar os indígenas Tarairiú, representados em vários tipos documentais seja através das narrativas de cronistas holandeses do século XVI, seja por intermédio de documentos iconográficos, fontes manuscritas oficiais e produções historiográficas.

É com a chegada dos holandeses que se passa a conhecer com maior riqueza de detalhes, as primeiras impressões etnográficas sobre os Tarairiú. Antes da invasão holandesa, o conhecimento que se tinha desses povos Tapuia era através de informações imprecisas. No entanto, já havia ocorrido alguns contatos de missionários, especialmente nas terras que

* Professora Dra. do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

constituíam a região do Ceará, como narra Pompeu Sobrinho, acerca de um relatório elaborado pelo Padre Luis Figueira, denominado a “Relação do Maranhão” escrita em 1608. Este descreve a sua malograda expedição ao Ceará, na companhia do Padre Francisco Pinto, em que este último é morto pelos “tapuias Tucarijús” podendo este último etnônimo ser interpretado como Tarairiú (POMPEU SOBRINHO, 1934: 8).

Além da fonte citada acima, outros documentos históricos da primeira metade do século XVII apresentadas pelos cronistas como Joannes de Laet, Elias Herckman e uma descrição do padre Miguel de Coutinho, da cura da freguesia de N. S. da Conceição de Rodelas, capitania do Piauí, informam sobre a existência dos Tarairiú. Como afirma Cristina Pompa partindo das informações de Elias Herckman e de outras fontes, os Tarairiú foram encontrados pelos colonizadores em regiões nordestinas como a Serra da Borborema, Agreste paraibano, mas também em ambientes de vegetação de Caatinga das quais, anualmente, fugiam das estiagem para as áreas litorâneas tentando livrarem-se da seca. (POMPA, 2003: 229-236).

Indo ao encontro dos Tapuia denominados Tarairiú nas fronteiras do sertão

Desde os primeiros contatos entre colonizadores e povos indígenas, os grupos étnicos conhecidos como Tapuia, a exemplo dos Tarairiú, foram vistos como uma unidade histórica e cultural, em oposição tanto ao mundo cristão europeu, quanto aos povos Tupí do litoral. A tentativa de representar os povos ditos Tapuia esteve sempre interligada a compreensão de *sertão*. Espaço além do litoral, desconhecido, inóspito para o imaginário colonial. Era um lugar mítico não só para os colonizadores portugueses e holandeses, mas para os povos Tupí que representavam, depreciativamente, os grupos étnicos que lá viviam, como eram apontados os Tarairiú.

Nas diferentes fontes históricas do período colonial, especialmente as que tratam das capitanias do Norte, o sertão era continuamente ressignificado como o lugar da personificação de forças perigosas, não cristão e por este motivo lugares de práticas diabólicas. Isto explica alguns dos motivos pelos quais os colonizadores passaram a acreditar que cumpriam uma missão de dominar a natureza inóspita dos sertões, em benefício da única humanidade que realmente reconheciam. Defendiam seus iguais nas suas ordens e ou desordem simbólicas expugnando todos os grupos étnicos diferentes e, portanto, não Tupí (APOLINÁRIO, 2006:63).

Aos Tarairiú só restaram características que os identificavam como seres bárbaros: era a fala, a nudez, a “ferocidade”, o nomadismo, “a vida nas matas, enfim, toda a conhecida série de signos que colocam” esses povos no “plano animal da natureza” (POMPA, 2003: 228). Definidos como inimigos de todos com expressões diabólicas cujas impressões não se deveu apenas aos portugueses, mas também as narrativas holandesas.

Até recentemente os historiadores tinham a tendência de classificar os Tarairiú como parte dos povos Karirí. Como afirma Fátima Martins Lopes, as diferenças culturais entre os Tarairiú e os Karirí estariam, primeiramente, vinculada a localização das “áreas culturais de influência de cada família: os Tupí habitavam o litoral; os Tarairiú, a região “sublitorânea”, que se expandia além do litoral, formando uma faixa muito irregular, e, ocupando nas regiões secas do Seridó e sertão, as ribeiras dos rios Jaguaribe, Apodí, Açú, Piranhas Sabugi e Seridó (LOPES, 2003:137).

Como revela a documentação arrolada para a presente pesquisa, advindo do fundo do Conselho Ultramarino e da Secretaria da Marinha e Ultramar e de cronistas do século XVII, os Tarairiú viviam, na sua grande maioria, em contínua mobilidade entre as capitânicas do Norte, seja pelas características étnicas de nomadismo, seja por uma questão de práticas políticas indígenas na tentativa de sobreviverem aos contínuos enfrentamentos com os conquistadores e com outros grupos étnicos. É praticamente impossível construir uma reconstituição etnográfica, precisa, das várias etnias Tarairiú citadas nas fontes históricas e bibliográficas, no entanto, até o momento podem ser classificados como: Janduí, Ariú, Pega, Kanidé, Genipapo, Paiacu, Panati, Korema, Xukurú, Kavalcante e outros que por não aparecerem identificados na documentação colonial são denominados, genericamente, de Tapuia (LOPES, 2003:138). É importante salientar que os etnônimos supracitados não estão isentos de reformulações, haja vista, que algumas denominações eram confusas, pois a documentação não padronizava a grafia de nomes e normalmente as fontes designavam alguns grupos pelos nomes que lhes foram atribuídos, ou pelos Tupi, ou pelos não indígenas.

Alguns estudos apontam para indícios de que os Tarairiú, poderiam pertencer a família Jê, já que os relatos de cronistas do século XVII, revelam práticas culturais semelhantes desses Tapuia com os povos Timbira contemporâneos (Kanela e Krahô) referentes aos cortes circulares no alto da cabeça em forma de coroa e especialmente a corrida de tora (POMPA, 2003: 228). Através de estudos etnolinguísticos, José Elias Borges Barbosa informa que os Xukurú, atualmente localizados em Pernambuco, na serra de Ararobá, são os únicos remanescentes dos Tarairiú. Mesmo que tenham perdido, quase que na sua totalidade, a língua, ainda foi possível coletar algumas palavras e fazer uma comparação de termos,

revelando o parentesco da língua Tarairiú com o grupo Jê. Assim comenta Barbosa, “Por exemplo, em Tarairiú [Xukurú] água é *caeté* e nos dialetos jê é *incoul*, mas no Cariri é *tzu*, uma palavra totalmente diferente. Cabeça é *crecar* em Tarairiú [Xukurú], nos dialetos Jê é *cran* e no Cariri é *tsanbu*” (BARBOSA, 2000:125). Estas análises etnolinguísticas permitiram que Barbosa defendesse a aproximação dos Tarairiú aos povos Jê. No entanto, até o momento, as informações dos estudiosos que se voltam para os estudos etnológicos e etnolinguísticos não passam de especulações que precisam ainda de fundamentações teórico-metodológicas e de outras fontes históricas.

Entre as informações de base etnográfica do século XVI sobre os Tarairiú, da época da ocupação holandesa, destacam-se Joannes de Laet, os relatos de Jacob Rabbi, descrições das obras de Gaspar Barleú, Jorge Macgrave, Elias Herckman e Roulox Baro. Cruzando os relatos dos cronistas supracitados é possível elencar, para este estudo, algumas das informações etnográficas citadas pela maioria deles: era um povo nômade, sistema de parentesco, cuja descendência era matrilinear; as corridas de toras; a divisão do grupo em duas metades (esta característica etnográfica aproximam estes povos dos Jê na contemporaneidade); a ingestão de um tipo de bebida alucinógena; rituais de iniciação com meninos; longevidade dos homens e mulheres indígenas; rituais de casamento; poligamia; práticas mágicas de feiticeiros para cura de doenças; rituais fúnebres antropofágicos; agricultura do milho, fumo e outras leguminosas; adoração a divindade em rituais festivos; o uso do estojo peniano e outras. A maioria dessas informações de caráter etnográficos, revelam filtros de olhares europeus, apresentando os Tapuia Tarairiú como parte da natureza do “sertão”, dos confins das capitânicas do Norte, como seres ferozes e monstruosos. Como afirma Pompa, “É nesta oscilação permanente entre alteridade irreduzível e possibilidade de recuperação no plano da humanidade e da cultura que se joga a construção do ‘Tapuia’ nas fontes holandesas e seu deslocamento no espaço do sertão” (POMPA, 2003: 245).

Práticas políticas Tarairiú: “Guerra dos Bárbaros” e outras ações de resistência

Com o crescimento da economia pecuária no “hinterland” da extensa região semi-árida nordestina do Brasil Colonial, depois da expulsão dos holandeses, as terras indígenas passaram a ser, continuamente, açambarcadas e as relações entre os povos Tapuia e colonizadores tornaram-se ainda mais conflituosas, desencadeando práticas contínuas de resistências indígenas que ficou conhecida como “Guerra dos Bárbaros”. Conflito que se deu por quase cem anos entre os séculos XVII até a segunda metade do século XVIII, alcançando desde os sertões da Bahia até o Maranhão (PIRES, 2002:33).

A “Guerra dos Bárbaros” foi uma série de eventos conflitantes entre reações militares do governo colonial e as variadas estratégias de guerra utilizadas por grupos étnicos, entre os quais os povos Tarairiú. Estes povos indígenas estiveram envolvidos em um processo intenso de alianças, guerras e pazes capazes de reinterpretações e ressignificações das suas práticas políticas e culturais. Os colonizadores, também, não ficavam inermes diante das trocas culturais com os povos indígenas. Destarte, passam a criar espaços de negação, adaptação, transformação e permanências. A própria Coroa portuguesa, através da administração colonial, teve que imprimir novos padrões no relacionamento com os diferentes povos indígenas a partir de eventos conflituoso ou de pacificação. No entanto, a principal orientação política perceptível nas variadas fontes manuscritas entre os séculos XVII e XVIII, levada a termo pelos agentes coloniais, era o extermínio dos Tapuia vistos como obstáculos a concretização do projeto colonial de El Rei e de seus vassallos, estes últimos, os empreendedores das fronteiras criatórias do sertão (PUNTONI, 2002:17).

O ponto alto da “Guerra dos Bárbaros” se dá na região do Açu, no Rio Grande do Norte e entre os povos Tarairiú se destacaram os Janduí que, desde o período da ocupação holandesa, utilizava a estratégia da aliança com os flamengos se colocando contra os portugueses. Após a expulsão dos holandeses, os Janduí passaram a ser um dos principais inimigos dos portugueses que investiram todos os esforços militares na tentativas de exterminá-los e submetê-los.¹ No entanto, os Tarairiú “aliados infernais” dos holandeses souberam aproveitar os anos de convivência com os flamengos e mesmo utilizando do seu sistema tradicional de guerra contra os luso-brasileiros, souberam inserir novos contextos bélicos. “Além das armas de fogo, os Janduí adotaram o uso do cavalo. Isto tornou muito mais eficazes seus assaltos [...]”, dificultando, sobremaneira, as investidas dos inimigos (POMPA, 2003: 279). É o que revela uma correspondência de 1662, emitida pela Coroa portuguesa ao governador do Estado do Maranhão, acerca de uma carta do capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, em que este tenta convencer a rainha da “guerra justa” que se deveria ordenar contra os Janduí, para o seu total extermínio, pois estes últimos foram treinados pelos holandeses que lhes deixaram uma “doutrina” de guerra e se não tomassem providências extremas estes Tapuia podiam se tornar “novos araucanos”.²

¹ Ver a Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Pascoal Gonçalves de carvalho, acerca das ações de resistências e enfrentamentos que os índios Janduí faziam contra os colonizadores portugueses nos confins daquele sertão. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 27.

² Carta Régia. 1662. LIVRO DE REGISTRO do Conselho Ultramarino. AHU_ACL_CU_CARTAS RÉGIAS, Cod. 275, f. 315. O capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão ao construir o discurso “novos araucanos” poderia está se reportando ao extermínio empreendido pelos espanhóis no início do século XVI,

Diante das violências desencadeadas pela “Guerras dos Bárbaros” são gestadas intrincadas redes de relações sociais e políticas entre grupos étnicos e estes com os não-indígenas. Uma carta enviada pelo fidalgo, José Lopes Ulhoa, ao rei de Portugal, traz importantes informações etnográficas sobre as ações políticas dos Janduí, enquanto povos Tarairiú diante de situações de enfrentamentos conflituosos, mas também de relações de reciprocidades com não-indígenas em que se ajudavam, mutuamente, nas fronteiras interétnicas e ambientais das capitanias do Norte. Os não-indígenas eram vaqueiros sem grandes posses que se identificavam com as lutas indígenas e partilhavam até mesmo comidas e bebidas quando necessário. Nos discursos de Ulhoa percebe-se o debate sobre a natureza da “Guerra dos Bárbaros” e, contraditoriamente, ao passo que propõe o extermínio do inimigo indígena, aponta uma possibilidade de uma política indigenista de pacificação e integração ao projeto colonial português. Descrevendo algumas das características dos Tarairiú é dito que

Estes Tapuyos a que chamam Jandoins são muitos diferentes dos outros porque não tem aldeias nem parte certa em que vivão e sempre andão volantes sustentando-se algumas vezes dos frutos da terra e cassa que matão e outras de algum gado que lhes dão os vaqueiros o eles lhes roubão [...] Querer castigar estes homens por força das Armas me parece quase impossível e muito inconveniente [...] os não poderão alcançar pela ligeireza com que este gentio marcha e pouco pezo das armas que levam sem lhes ser necessário carregar os mantimentos com que se hão de sustentar.³

Nas informações documentais acima confirma-se o que a maioria dos cronistas apontaram como marcas étnicas dos Tarairiú que era o nomadismo e a sobrevivência através do extrativismo e da caça. Uma das estratégias de lidar com a guerra contra os inimigos era não se deixar aprisionar através de táticas de fugas em que se utilizava, sobremaneira, a velocidade com bastante destreza em espaços naturais inóspitos como regiões de Caatinga.

Diante de todas as estratégias de luta contra os inimigos portugueses, os Janduí foram derrotados na ribeira do Seridó, pela bandeira chefiada por Domingos Jorge Velho e finalmente tiveram o seu principal denominado de Canidé, capturado e preso. Reconhecido pelos próprios representantes da coroa portuguesa como “rei dos Janduí”, a principal etnia em guerra contra os luso-brasileiros, viviam entre as capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, totalizando aproximadamente, treze mil indígenas e destes cinco mil homens guerreiros de arco em punho. (PUNTONI, 2002:155). Foi assim que os Janduí,

contra povos Aruaque que viviam em terras caribenhas. Este grupo étnico era conhecido pelas suas estratégias de guerras e por serem destemidos. No entanto, em 1519 foram praticamente extintos nas guerras etnocidas, empreendidas pelos espanhóis, liderados por Francis Garay. Ver: (CARNEIRO, 2000: 93).

³ Carta (anexo) de Joseph Lopes Ulhoa ao rei de Portugal. In: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 1688, março, 30, Lisboa. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 28.

descrito em 1703 no memorial de Pedro Carrilho de Andrade como o exemplo de barbaridade, “matando toda coisa viva e depois queimando e abrasando tudo, não deixando pau nem pedra sobre pedra de que ainda aparecem ruína” (POMPA, 2003:60), mas que diante de uma situação de risco e dominação do conquistador eles souberam ajustar acordos de Paz “mostrando” desejos de se tornarem vassallos de El Rei e de se reduzirem “à santa fé católica”, bem como dispor de seus arcos na luta contra as etnias inimigas, o que realmente fizeram quando em 1699, ao lado dos portugueses colaboraram com o massacre dos índios Paiacú, também Tarairiú, mas que eram seus inimigos seculares. Na realidade, a rendição dos Janduí, através de seu líder indígena Canindé, ao contrário de diferentes acordos de paz que se tem notícias entre outros grupos étnicos e colonizadores, revela uma destreza militar e política desses indígenas Tarairiú. “A Coroa Portuguesa havia lhes dado algo único na história do Brasil: reconhecimento como um reino autônomo e um tratado de paz com Portugal” (PUNTONI, 2002:159).

Destacando as assertivas de Mary Louise Pratt “se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam”, daí considerar transculturação como “um fenômeno da zona de contato”, ou ainda, como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, [...] e se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricos de dominação e subordinação. De acordo com Pratt, os sujeitos se constituem nas e pelas suas relações uns com os outros e deve-se, sobretudo, tratá-las “não em termos de separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas” (PRATT, 1999:32).

Como afirma Maria Regina Celestino de Almeida os caminhos teórico-metodológicos, através de um diálogo interdisciplinar entre antropologia e história, vem nos últimos anos ampliando a noção de cultura. Cultura esta que vai se configurando de forma contínua no interior de um grupo social através das relações de contato os “estudos etno-históricos têm revelado a extraordinária capacidade dos povos indígenas de reformular suas culturas, mitos e compreensões do mundo para dar conta de pensar e interpretar coletivamente a nova realidade”(ALMEIDA, 2003:27-28), especialmente quando se viam sem outra alternativa a não ser firmar tratados de paz com os não-indígenas.

Um grupo Tarairiú, conhecido por Ariús, liderado pelo um indígena Cavalcante, passam anos em confronto com os colonizadores deslocando-se pelos sertões da capitania do Norte e só em 1699 é que são reduzidos em um aldeamento denominado de Campina Grande. A carta de Manoel Soares de Albergaria ao rei de Portugal é reveladora desta assertiva quando

tratando das ações militares de Teodósio de Oliveira Ledo nas suas entradas pelo sertão. Assim é registrado o acordo de paz com os Ariús. Diz que:

... trouxe consigo, Senhor uma nação de tapuias chamados Ariús, que estão aldeados junto aos Kariris aonde chamam Campina Grande, e querem viver como vassallos de Vossa Majestade, reduzirem-se a nossa santa Fé Católica dos quais é o principal tapuia de muito boa praça e muito fiel segundo o que até o presente tem mostrado chamado Cavalcante.⁴

Diante das imposições dos luso-brasileiros, os Ariús tiveram que se rearranjar a nova situação social e política do Império Colonial Português e para isto, aparentemente, pareciam subordinar-se à nova prática religiosa e às relações de poderes enquanto súditos de El Rei como “muito fiel”. Evidenciando o pensamento de John Manuel Monteiro, para se analisar as práticas políticas indígenas, no pós-contato, deve-se contemplar não só as imagens de bravura e ferocidade, mas também de opções políticas de colaboração, acomodação e alianças como estratégia de sobrevivência (MONTEIRO, 1999:238).

Os tratados de paz em diversas situações vividas pelos povos indígenas Tarariú, tornavam-se letras mortas quando os termos tinham que ser cumpridos pelos colonos, especialmente os que detinham fazendas criatórias e viam nos indígenas embargos para o crescimento dos seus empreendimentos vinculados a pecuária. Por não saberem escrever, os Panatí solicitaram que o fidalgo Vicente Ferreira Coelho escrevesse em nome deles uma carta ao rei de Portugal para denunciarem as violências sofridas pelos Panatí, por não serem aceitos pelos moradores do rio Piranhas.⁵

O capitão-mor dos ditos índios chamado José Francisco Silva foi espancado e preso a mando do Reverendo Padre Visitador, Frei Manuel da congregação do Carmo. O capitão dos índios, ferido gravemente no rosto e em outros lugares do corpo, não resistiu e chegou a falecer para horror de todos os seus parentes e de outros não-indígenas que não concordaram com tal ato de covardia.⁶ Em pouco tempo, atiraram e mataram um outro índio Panatí, chamado Antônio Dias e mesmo que o assassino tenha sido preso em flagrante o juiz da vila de Piancó, mandou soltá-lo para a revolta dos seus parentes. Diante da situação de perseguição em que estavam vivendo nos sertões de Piancó, este grupo étnico utilizou das

⁴ Carta do governador da capitania da Paraíba, Manoel Soares de albergaria ao rei de Portugal, D. Pedro II, 14 de maio de 1699 (AHU_ACL_CU_014, Cx. 3, D. 226).

⁵ Carta de Vicente Ferreira Coelho, ao rei D. José. Sobre o que se praticou com a nação Panatí. 1755, maio, 5, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1435.

⁶ Certidão (anexo) de Matias Soares Taveira e Manuel de Campo do Terço dos Auxiliares da Companhia da Paraíba do Norte. Certificando os acontecimentos contra os Panatí. AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1435.

estratégias políticas e dos caminhos da legislação indigenista em vigor para se fazerem ouvir diante do rei D. José I. No discurso do representante dos Panatí, evidencia-se que

os índios da nação Panatí com toda humildade representam a Vossa Majestade que sendo os mais leais vassalos que nunca em tempo algum deixaram de merecer o mesmo nome, nem tomaram vinganças dos brancos nas ocasiões que lhes tem dado, se vêm hoje os mais perseguidos e desgraçados, sem proteção das justiças por serem muito pobres...⁷

Concordamos com Almeida (2003) quando ela afirma que os indígenas não eram tolos, apáticos, ingênuos e sempre a disposição dos colonizadores. Mas que no processo dos contatos souberam utilizar as práticas culturais dos não-indígenas de acordo com os seus interesses políticos, mas interligados “à dinâmica de suas organizações sociais, que igualmente se modificavam no decorrer do processo histórico” e nas novas construções identitárias que, dinamicamente, reconstituíam as suas fronteiras étnicas. (ALMEIDA, 2003:29). Para fundamentar a solicitação dos Panatí, deixaram claro que eram “os mais leais vassalos”, pois estiveram ao lado dos portugueses, em outros tempos, contra outros inimigos Tapuia. Destarte, acreditavam que tinham o direito de usufruir da justiça e proteção real.

Para a alegria dos Panatí, as suas solicitações não só chegaram ao conhecimento do rei D. José, como ele baixou uma Provisão de 15 de outubro de 1755, direcionado ao Ouvidor Geral da Paraíba, ordenando que se fizesse uma devassa das mortes dos índios Panatí, que se deveria promover a segurança destes índios sob a Real proteção, como solicitados, e que se os culpados fossem sentenciados e presos .

Não se sabe se a Provisão acima, foi realmente cumprida, mas este evento possibilita uma interpretação histórico-antropológica dos discursos produzidos nos espaços coloniais em que é possível verificar as ações políticas indígenas, e, notadamente, a dos Tarairiú, contra os sujeitos coloniais que não os admitiam enquanto indivíduos capazes de permanecerem construindo os seus processos sociais e identitários diante das novas situações vivenciadas no cotidiano.

⁷ Carta de Vicente Ferreira Coelho, ao rei D. José. Sobre o que se praticou com a nação Panatí. 1755, maio, 5, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1435.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina celestino de. **Identidades Étnicas e culturais**. Novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Marta & SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de história; conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão**. Políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.
- BARBOSA, José Elias Borges. As nações indígenas da Paraíba. In: **Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na participação dos 500 anos de Brasil**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. O anti-semitismo nas Américas. São Paulo: EDUSP, 2000.
- LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1999.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: História e resistência dos . In: NOVAES, Adauto (org.). **A Outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. **A guerra dos Bárbaros. Resistência e conflitos no nordeste colonial**. Recife: UFPE, 2002.
- POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial**. Bauru, SP: EDUSC, 2003
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 48, 1934, p. 3-120.
- PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e trnsnculturação**. Bauru: São Paulo: EDUSC, 1999.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/USP/ FAPESP, 2002.